

GUERRILHA DO ARAGUAIA: Memórias à margem da história¹

ARAGUAIA GUERRILLA: Memories in the margins of history

GUERRA DEL ARAGUAIA: Memorias al margen de la historia

EUCLIDES ANTUNES DE MEDEIROS

Doutor/Prof. Adjunto na Universidade Federal do Tocantins.

Araguaína / Tocantins, Brasil

eantunes@uft.edu.br

Resumo: O principal foco deste artigo é problematizar a participação, e as percepções acerca desta participação, dos moradores da região que compreende o norte de Goiás, sul do Pará e sul do Maranhão no conflito armado que ficou conhecido como Guerrilha do Araguaia a partir de um olhar desviante. Desviante porque deslocamos nosso olhar dos militantes de esquerda e dos militares procurando recolocar na cena histórica os sujeitos que, na maioria dos escritos sobre esse processo, figuram quase que invariavelmente em segundo plano, servindo muito mais como fontes de informação do que figurando como sujeitos ativos no processo.

Palavras-chave: Guerrilha. Memória. Esquecimento.

Abstract: The main focus of this article is to discuss participation, and perceptions about this participation, the residents of the region comprising the northern Goiás, southern Pará and Maranhão in southern armed conflict that became known as the Araguaia Guerrilla from a glance deviant. Deviant shift our gaze because of leftist militants and the military looking reattach the historical scene subjects who, in most written about this process, appearing almost invariably in the background, serving more as sources of information than as active subjects in process.

Keywords: Guerrilla. Memory. Oblivion.

Resumen: El principal foco de este artículo es problematizar la participación, las percepciones sobre esta participación, los pobladores de la región que comprende el Norte de Goiás, sur de Para y sur de Maranhão en un conflicto armado que fue conocido por Guerrilla del Araguaia a partir de otra interpretación. Esto porque cambiamos la visión de los militantes de izquierda y de los militares buscando poner otra vez en la escena histórica los sujetos que, en la mayor parte de los escritos sobre ese tema, figuran case que invariablemente en según plano, poniéndose mucho más como fuentes de información que representándose como sujetos activos en el proceso.

Palabras clave: Guerrilla. Memoria. Olvido.

Queremos registrar de início que quando optamos pela abordagem da “The History From Below” entendemos que no caso específico dos moradores da região em epígrafe, mais importante do que a “inclusão”, é tentar esclarecer sobre as experiências

¹ Artigo submetido à avaliação em 07/08/2013 e aprovado para publicação em 03/11 /2013

Outros Tempos, vol. 10, n.16, 2013 p. 256-284. ISSN:1808-8031

desses sujeitos em relação à guerrilha nos termos válidos para os próprios sujeitos que as vivenciaram naquela época e naquele lugar². Nesse sentido, partilhamos a opinião de que os seres humanos, sujeitos das reconstruções, são, sejam quem forem, sempre capazes de construir um mundo para si: por isso são atores históricos e criam história³.

As problematizações que apresentamos nesse artigo tiveram ensejo a partir de narrativas colhidas junto aos moradores da região do Araguaia entre os anos de 2005 e 2006 quando realizamos o projeto de pesquisa *Guerreiros versus Guerrilha do Araguaia: história e memórias de um conflito social*⁴. Além dessas narrativas, lançamos mão de uma documentação resultante do trabalho jornalístico de Taís Morais e Eumano Silva que, ao escreverem o livro *Operação Araguaia: os arquivos secretos da guerrilha*, tendo como editor Luiz Fernando Emediato, optaram em disponibilizar toda a documentação, resultantes de mais de três anos de pesquisa jornalística, no site da editora Geração Editorial.

Após o Golpe Militar de 1964, o regime militar implantado no Brasil angariou muitos opositores, principalmente após o Ato Institucional Nº 5, instituído durante o governo do Marechal Artur da Costa e Silva, (1967-1969). O AI-5, devido seu caráter antidemocrático, suscitou ações de oposição por todo o país, porém de forma relativamente desarticulada, devido às dificuldades impostas pelo regime. Os partidos de esquerda foram colocados na clandestinidade e seus militantes tentaram estabelecer focos de *guerrilha urbana* contra o regime. Entretanto essas atividades foram efêmeras e em pouco tempo foram desarticuladas pelas forças repressoras do regime.

Diante do insucesso da *guerrilha urbana* uma das alternativas pensadas pelos militantes de esquerda foi a *guerrilha rural* e, nesse sentido, o conflito conhecido por Guerrilha do Araguaia foi uma de tais ações, e ocorreu entre 1972 e 1975⁵ numa região que compreende o Sul do Pará e do Maranhão e o antigo norte de Goiás, atual

² THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa I: a árvore da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. p. 13.

³ BURKE, Peter (Org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992. p.60.

⁴ A maioria do material foi coletado pela bolsista de Iniciação Científica Carla Larissa Moura Figueiredo, sob nossa orientação, quando foi agraciada com o 1º lugar da I.C da Universidade Federal do Tocantins.

⁵ Geralmente esse é o recorte cronológico mais utilizado nos escritos sobre a Guerrilha do Araguaia. Tal período corresponde apenas ao momento em que conflito armado foi deflagrado pelo exército até o encerramento *oficial*, quando o grosso das tropas militares é retirada da região. Entretanto, consideramos uma periodização mais adequada os anos entre 1965, quando os militantes de esquerda já aventavam e planejavam as atividades de guerrilha, e os de 1980, pois até o final dessa década o exército ainda monitorava de forma intensa os espaços e as populações em que os focos guerrilheiros existiram.

Outros Tempos, vol. 10, n.16, 2013 p. 256-284. ISSN:1808-8031

Tocantins. Os militantes de esquerda começaram a se instalar na região a partir de 1966, ainda durante o primeiro governo militar e, de acordo com relatos dos moradores, *pessoas diferentes* apareceram na região entre 1966 e 1968. Essa datação se coaduna com os relatórios do exército, que indicam que entre 1966 e 1967 houve um deslocamento de militantes para a região. Segundo Relatório Especial de Informações do Ministério do Exército:

Em princípios de 1966, a organização já mantinha trabalho de massa nas regiões de Mato Grosso, Goiás e Sul do Pará, concentrando-se em São Félix e Conceição do Araguaia. Em 1967, entraram no Estado do Maranhão, concentrando-se em Cáceres, Porto Franco e Imperatriz⁶.

A maioria dos trabalhos sobre a Guerrilha do Araguaia investiga e publicita, basicamente, o conflito armado e a oposição entre guerrilheiros e militares, como se esses fossem os únicos sujeitos históricos desse processo. Nesse sentido, os moradores da região, suas expectativas, seus modos de viver e suas memórias são opacizadas na reconstrução do processo. Nossa proposta, entretanto, segue em outra direção. Embora reconheçamos a importância da ação dos Guerrilheiros que tombaram nas matas que circundavam os rios Araguaia e Tocantins, lutando pela redemocratização do país, consideramos que a história e a historiografia têm uma dívida para com os demais sujeitos que, num primeiro momento, de forma inesperada, tiveram que se envolver naquele processo, que, a priori, não lhes dizia respeito: os moradores da região na qual o conflito armado entre militares e guerrilheiros fora deflagrado.

Nesse sentido, discutimos aqui a relação entre as representações construídas sobre a guerrilha provenientes de uma cultura letrada e a memória dos moradores que habitavam a região envolvida no conflito. Nossa preocupação foi a de contribuir para a reconstrução do processo histórico da Guerrilha do Araguaia, voltando nosso olhar aos sujeitos, que, geralmente aparecem nos escritos sobre a Guerrilha do Araguaia apenas como *fontes de informação* acerca das ações dos guerrilheiros e militares.

Os moradores e o estranhamento de sua cultura e de suas lutas

⁶ BRASIL. Ministério do Exército. *Relatório Especial de Informações nº 1/77*. CMDO II Exército, DOI/CODI/ IIEEX. Brasília - DF, 1977. fls 5. Relatório. Disponível em: <<http://www.geracaoobooks.com.br>>. Acesso em: 5 abr. 2013.

É comum entre os pesquisadores desse processo, a percepção de que tanto os militares quanto os militantes de esquerda representaram a região onde ele se deu como um espaço “abandonado” pelo Estado. Tal percepção é corroborada pela maioria dos relatos oriundos tanto de militares quanto de guerrilheiros:

A sensibilidade da população local ao aliciamento subversivo é consequência: _ da ausência ou inoperância das autoridades federais, estaduais e municipais; a figura do Governo ainda é de uma organização a temer, por cobrar impostos, prender gente e tomar terras de posseiros; a localização e isolamento está a reclamar a criação de organismo capaz de atuar além dos limites políticos estaduais; há necessidade de colocar na região autoridades policias e municipais capazes e honestas. [...] é inquestionável que a ausência dos poderes públicos na região é responsável, em parte, pela ação dos subversivos, que encontram na pobreza e no abandono a que estão relegados os habitantes, os instrumentos de fácil manipulação para a obtenção de seus malfadados desígnios⁷ (grifo nosso).

Essa percepção de uma região abandonada também é encontrada em vários relatos elaborados pelos guerrilheiros, sendo, inclusive, um dos principais motivos por eles alegados quanto à escolha da região para as ações guerrilheiras. Tanto no caso dos militares quanto dos guerrilheiros tal percepção se origina do entendimento de que uma população assim *abandonada* seria mais suscetível de, na visão do Exército, ser *manipulada*, e na visão dos guerrilheiros ser *cooptada* para a causa.

Entretanto, é preciso ressaltar que, tanto no campo quanto nas pequenas cidades da região na qual ocorreu o conflito armado os sujeitos pertencentes às camadas populares não tinham suas vidas regidas diretamente pelas ações dos governos estaduais e federal. Nessa região a política, quando interessava a eles, era apenas em âmbito regional. Viviam, então, por assim dizer, em relação às políticas do Estado, num esquecimento recíproco, e, quando se interessavam por questões políticas era a nível local, e quando dizia respeito diretamente às suas próprias comunidades.

Evidentemente, isso não significa que eram alheios à situação de exploração em que viviam e lutavam, como e quando podiam, pelo uso da terra e pela manutenção de seus modos de viver e trabalhar. Significa, porém, que esses sujeitos construíam, por meio de suas experiências, um modo de vida específico, que pressupunha inclusive a lida com o referido *abandono*, e uma das respostas dadas a ele era o desinteresse pela política. Tal desinteresse foi retratado pelos guerrilheiros em seus relatos como

⁷BRASIL. Ministério do Exército. *Relatório da Operação Mesopotâmia*. OMP – 11ª RM, 3ª Brigada de Infantaria. Brasília - DF, 17 de agosto de 1971. fls 12 e 14. Relatório. Disponível em: <<http://www.geracaobooks.com.br>. Acesso em: 5 abr. 2013.

inconsciência, despolitização, alienação e termos afins. Essa percepção seria um dos elementos que dificultaria o estreitamento das relações entre guerrilheiros e os moradores. Uma compreensão mais profunda da cultura da região, que os militantes não tinham, aparece como desejo nas preocupações de Maurício Grabois:

É preciso se orientar pelo programa do MLP (movimento de libertação do povo) e falar linguagem acessível à massa. (...). As massas, se falarmos em linguagem a elas compreensível, virão para o nosso lado. A ditadura com sua política infame só pode ser odiada pelo povo. O importante é esclarecê-lo.⁸

Contudo, como falar uma linguagem compreensível se os militantes, não compreendendo determinados aspectos da cultura dos moradores, entendiam tais aspectos apenas como pitorescos ou exóticos?

Correm as mais pitorescas lendas a respeito dos companheiros do DA [Destacamento 'A'], sempre revelando simpatia. Sobre a Tia (Elza), dizem que foi surpreendida num carro, mas não foi presa porque virou fumacinha. Afirmam que ela é 'cientista' (feiticeira)⁹.

A compreensão de mundo dos moradores tem como substrato a cultura da região. É típica dessa cultura a atribuição de *poderes mágicos* aos indivíduos que demonstram valentia nas batalhas, principalmente quando estas são travadas contra um inimigo considerado mais numeroso e ou poderoso. No caso da região em foco, acresce-se a esse elemento cultural a memória social compartilhada e transmitida pela oralidade, de geração a geração, acerca dos conflitos armados e dos *homens valentes* que neles atuaram.

A mitificação de personagens envolvidos na Guerrilha do Araguaia mostra como esse processo marcou os moradores da região. Foi recorrente nos relatos que colhemos durante a pesquisa já referida as narrativas sobre o dia em que o guerrilheiro conhecido como *Osvaldão* teria se transformado em árvore. Tais narrativas, que têm por substrato a memória social compartilhada pelos moradores da região, afirmam que militares perseguiram o guerrilheiro Osvaldo Orlando da Costa mata adentro, e, quando um deles fez mira para atingi-lo, Osvaldão teria se transformado em uma árvore, ficando o soldado a descarregar sua arma em seu tronco sem obter nenhum resultado. Há também os relatos envolvendo a guerrilheira Dina, que, tomando banho em um rio, foi cercada pelos militares e, por estar despida, pediu que se virassem para que pudesse

⁸GRABOIS, Maurício. *Diário de Maurício Grabois (velho Mário)*. 30 de abril de 1972 a 25 de dezembro de 1973. s/n. de p. Disponível em: < <http://www.geracaoobooks.com.br>>. Acesso em: 5 abr. 2013.

⁹Ibid.

Outros Tempos, vol. 10, n.16, 2013 p. 256-284. ISSN:1808-8031

se vestir. Porém, mesmo estando cercada por todos os lados, teria desaparecido como que por encanto.

Há ainda narrativas de que numa emboscada preparada por Osvaldão que teria usado um corpo como *isca*, e, ao fim da ação, que resultou na morte de um militar, e estando a área cercada por militares, o guerrilheiro teria voltado para recuperar o corpo sem ser visto pelos soldados, como se fosse invisível. Muitos dos que emitem tais relatos sequer acreditam que determinados guerrilheiros tenham morrido. Sobre Osvaldão e Dina, dois dos mais referidos pelos moradores e considerados por muitos como os mais valentes dentre todos, alguns afirmam que continuam vivos e que já foram vistos na Serra das Andorinhas.

Realizando uma digressão no tempo a respeito da mitificação envolvendo as características *mágicas* dos guerrilheiros, é possível inferir que tal *mitificação* está calcada numa longa construção histórica e cultural da região, e tem como lastro a participação dos lavradores pobres¹⁰ em outros conflitos armados naquele espaço, principalmente os ocorridos na virada do século XIX até metade do XX. Em 1935 o jornalista Hermano Ribeiro da Silva, viajando pela região, constrói a representação acerca de seus moradores na seguinte forma:

os nomes dos dirigentes do país, dos seus vultos mais destacados jamais ocorreram nos cérebros destes homens, mas em contradição os 'gangsters' caboclos lhes são familiares e merecem uma admiração especial e carinhosa. Existe a crençice que muitos têm o 'corpo fechado', por artes sobrenaturaes com o diabo, o capeta temido, e que nenhuma bala é capaz de feri-los [*sic*] [...] ¹¹.

Tratado como *crendices* pelo jornalista na década de 1930 e como *pitorescas lendas* por Grabois, na década de 1970, permanece a incompreensão por parte da cultura letrada acerca de aspectos culturais importantes dos moradores da região e de suas formas de ser, estar e perceber o mundo. Possivelmente se os guerrilheiros tivessem feito um maior esforço no sentido de compreender tais aspectos, poderiam ter utilizado essa compreensão em favor de seus objetivos, sendo um deles o estreitamento de suas relações com os moradores, o que possibilitaria a tão desejada *cooptação* destes para os quadros da guerrilha.

¹⁰Em sua maioria experimentaram a condição de agregados das fazendas na região, e nesta condição eram sempre convocados a pegar em armas durante os conflitos armados estabelecidos entre os coronéis e os chefes políticos proprietários das fazendas nas quais eram agregados.

¹¹SILVA, Hermano Ribeiro, 1935, p. 185-186 apud ANTUNES DE MEDEIROS, E. *Encontros de sangue: cultura da violência na Região dos Vales dos Rios Araguaia e Tocantins – 1830/1930*. 2012. Tese (Doutorado em História Social) - Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal de Uberlândia, MG, 2012.

Além disso, a incompreensão das lutas pré-existentes na região, como forma pela qual os moradores dali negociavam a manutenção de seus modos de viver, é flagrante nas palavras de Grabois que, orientado pela perspectiva Maoísta-leninista, se recente em vários momentos de seu relato do fato de as ações da Foguera - Forças Guerrilheiras do Araguaia - serem confundidas com essas lutas pré-existentes:

A Rádio Tirana continua sem notícias da nossa luta. Para não deixar o assunto morrer, cozinhou matéria sobre as lutas camponesas no Brasil. Parece-me que não foi feliz. Voltou a bater na antiga tecla, já superada, de apresentar a resistência armada no Sul do Pará como ação puramente camponesa e de caráter local, como as demais lutas que vêm ocorrendo no interior do país. Nossa guerrilha tem sentido nacional e constitui a principal forma de combate à ditadura militar. (...). Embora tenha pequenas proporções no que se refere às ações militares, não se deve minimizá-la colocando-a ao nível das lutas espontâneas pelas reivindicações econômicas¹².

O que o guerrilheiro caracteriza como 'lutas espontâneas pelas reivindicações econômicas' representa uma longa trajetória de luta pela terra na região. Ao contrário de Grabois, parece-nos que a Rádio Tirana da Albânia¹³ foi mais feliz que os próprios guerrilheiros, pois reconhece em seus noticiários que a Guerrilha organizada se dá em uma região que já tem um histórico de luta camponesa, o que coadunava com a própria proposta dos guerrilheiros que, ao virem para a região, reconheciam esse histórico, como é perceptível nas palavras do próprio Grabois, no trecho a seguir:

Apareceram vorazes grileiros que tentavam expulsar de seus locais, com a ajuda da polícia e de pistoleiros, velhos e novos moradores. Não podíamos deixar de ficar ao lado das vítimas e dos perseguidos. Condenamos com energia os ladrões de terra. (...) Camponeses que vivem abandonados e na miséria são obrigados a pagar, a título de taxas, quantias elevadas, muito acima de suas possibilidades, sem nada receberem em troca. Igualmente, sempre estigmatizamos a exploração e opressão a que estão sujeitos os castanheiros, os trabalhadores das companhias de extração de madeira e os peões das grandes fazendas, cuja situação pode ser considerada à dos parias e dos escravos¹⁴.

Nesse aspecto, a percepção guerrilheira torna-se paradoxal. A luta histórica pela terra e pela manutenção de modos de viver dos habitantes da região é reconhecida como um dos elementos que contribuiria para o sucesso da guerrilha, já que a situação descrita por Grabois foi um dos elementos para a escolha da região com vistas à

¹²GRABOIS, op. cit.

¹³A Rádio Albanesa é citada recorrentemente nos relatos dos guerrilheiros e é sempre elogiada quando seus noticiários dão conta de uma Guerrilha Rural organizada no sul do Pará nos moldes maoísta-leninista, porém duramente criticada quando noticia os conflitos como sendo resultado das *lutas camponesas* da região.

¹⁴GRABOIS, op. cit.

Outros Tempos, vol. 10, n.16, 2013 p. 256-284. ISSN:1808-8031

atividade de guerrilha. Entretanto, na percepção desse líder guerrilheiro, a Guerrilha deve ser considerada como algo *maior* que a própria trajetória de luta da região escolhida, o que termina por menosprezar aquilo que antes se considerava importante.

Seu inimigo declarado, o exército brasileiro, teve mais consideração por essa trajetória que os próprios guerrilheiros. Os responsáveis pela *Operação Mesopotâmia*¹⁵, realizada pelo exército no início das operações militares, fazem um extenso relatório acerca da presença guerrilheira na região, que inicia exatamente pelos *antecedentes* dos conflitos nela vivenciados. Nesse sentido, a preocupação dos militares era a de que, por a região apresentar esse histórico de luta camponesa pela terra, seria um espaço propício para que os guerrilheiros arregimentassem os trabalhadores rurais para seus quadros. Ao relatar os resultados de tal operação, concluem que:

As divergências existentes na cúpula da AP e que motivaram a fundação do PRT, no âmbito nacional, tiveram poucos reflexos na região, pois os componentes das bases, sendo pouco politizados e levados para a subversão mais por anseio de posse de terras do que por princípios ideológicos, continuaram a se reunir com os membros da direção das duas organizações ou seus agentes para lá enviados, e deles receberam instruções¹⁶.

Perceba-se que a afirmação dos militares de que os trabalhadores rurais são ‘levados para a subversão mais por anseio de posse de terras do que por princípios ideológicos’ denota que sabiam, e temiam, a importância dessas lutas como elemento agregador dos camponeses à medida que entendiam que, independente das posturas ideológicas específicas das organizações de esquerda, os trabalhadores da região ficariam ao lado daqueles que atendessem as suas expectativas geradas em suas lutas históricas pela terra. Não só a trajetória de lutas dos moradores foi negligenciada, enquanto experiência, mas também a memória dessas lutas foi opacizada à medida que as memórias sobre a guerrilha do Araguaia foram sendo construídas.

Os esquecimentos e sobreposições da memória

¹⁵A referida operação foi realizada pelo exército em 1971 e um de seus objetivos era investigar se os conflitos armados de Trombas e Formoso, liderado pelo militante José Porfírio, tinham vinculações com a movimentação de *subversivos* na região e, em caso afirmativo, identificá-los e então prendê-los.

¹⁶BRASIL. Ministério do Exército. *Relatório da Operação Mesopotâmia*. OMP – 11ª RM, 3ª Brigada de Infantaria. Brasília - DF, 17 de agosto de 1971. fl 5. Relatório. Disponível em: <<http://www.geracaobooks.com.br>>. Acesso em: 5 abr. 2013.

A memória coletiva, problematizada por Maurice Halbwachs¹⁷, não é a mera soma das memórias individuais dos sujeitos pertencentes a um grupo, a uma comunidade, ou mesmo a de um país em relação a um fato ou processo histórico. Memória coletiva seria, segundo esse autor, o que se conhece de determinado fato histórico, a memória que aparece quando se fala nele, uma *história* comum a todos, conhecida por todos, que repetem.

Nesse sentido, se o que é escrito sobre a guerrilha do Araguaia negligencia e, em muitos casos, desconsidera a participação das *pessoas comuns*, não é de se surpreender que, ao dialogarmos com os habitantes da região, na maioria das vezes o que lhes interessa contar é sobre o encontro com esse ou aquele guerrilheiro, sobre o possível número de soldados do exército envolvido no conflito e sobre o medo e a desconfiança em relação ao exército ou aos guerrilheiros. De tanto as *histórias* da guerrilha do Araguaia terem menosprezado sua participação, eles mesmos, às vezes, já não se sentem como sujeitos históricos deste processo.

Em outras palavras, quando o processo conhecido como Guerrilha do Araguaia atinge o status de *acontecimento histórico* e a cultura letrada passa a ser o veículo privilegiado das narrativas que a divulgam como sendo apenas obra de guerrilheiros e militares, os moradores da região passam a compartilhar essas construções narrativas e, ainda que inconscientemente, *se retiram do processo*.

Em um excelente artigo intitulado *A guerra da memória: A ditadura militar nos depoimentos de militantes e militares*¹⁸, João Roberto M. Filho, apesar de não discutir a participação dos moradores da região na construção das memórias acerca da guerrilha, ao tratar da construção das memórias sobre militantes e militares, pondera sobre como uma guerra nos faz pensar que, mais uma vez, o confronto entre militares e militantes, desta feita no campo da memória, obscurece as experiências daqueles que também padeceram com a guerrilha. Num primeiro momento sendo por ela *envolvidos*, geralmente contra sua vontade, e, num segundo momento, dela *excluídos*, à medida que o manto de uma dada memória vai paulatinamente encobrindo suas próprias memórias que, acreditamos, eles também têm o desejo de declarar.

¹⁷HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

¹⁸FILHO, João Roberto M. "A guerra da memória: A ditadura militar nos depoimentos de militantes e militares". *Revista Vária História*. n. 28, 2002.

Entretanto, se por um lado, existe aquela percepção distorcida de suas próprias experiências como constituidoras do processo, por outro, persiste um *desejo de memória* por parte desses sujeitos. Um desejo tal que, de acordo com Paul Ricoeur, "a história pode ampliar, completar, corrigir, e até mesmo refutar o testemunho da memória sobre o passado, mas não pode aboli-lo"¹⁹. Para esse autor, as memórias que são elaboradas e reelaboradas nas e pelas relações sociais têm sempre uma característica 'declarativa', o que impede o seu total apagamento/esquecimento. Nos termos do autor:

Os acontecimentos [...] situados nos limites da representação, erigem-se em nome de todos os acontecimentos que deixaram sua impressão traumática nos corações e nos corpos: protestam que foram [que ocorreram] e, nessa condição, pedem para ser ditos, narrados, compreendidos²⁰.

As representações criadas sobre o processo histórico da Guerrilha do Araguaia são inúmeras, principalmente após ter ganhado repercussão nacional por meio da ação de jornalistas, dos militantes de esquerda, de pesquisadores das Ciências Sociais e da atuação da Comissão Nacional de Direitos Humanos. Essa repercussão fez com que se criasse uma memória muito específica acerca da Guerrilha do Araguaia, marcada por representações dos *bons e bravos* guerrilheiros, dos *perversos* militares, e da população, ora *vítima*, ora *de fora* do processo. Os primeiros passos da construção de uma memória letrada, principalmente a partir dos escritos jornalísticos, já demarcava o tipo de memória e os sujeitos que ocupariam a cena. A maioria dos livros, artigos e matérias sobre esse processo era em defesa da ação guerrilheira, ou mesmo *em memória* dos guerrilheiros mortos. Em 1979, Fernando Portela publicou no *Jornal da Tarde* a primeira de uma série de artigos sobre a guerrilha, que depois se tornaria livro, em que critica a ação violenta dos militares, e no qual fala da mitificação de alguns guerrilheiros na região.²¹ Além desse, o *Jornal Movimento*, em 1978, e o *Jornal Resistência*, também em 1980, fizeram matérias versando sobre a resistência guerrilheira e a ação violenta dos militares. A partir da abertura política as instituições midiáticas mais significativas do país realizaram investigações jornalísticas sobre o sistema repressivo do regime militar, inclusive sobre a ação militar na guerrilha. Se, por um lado, essa ação midiática contribuiu para recolocar em cena a Guerrilha do Araguaia, por outro demarcou uma

¹⁹ RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas, SP: UNICAMP, 2007. p. 505.

²⁰ *Ibid.*

²¹ PORTELA, Fernando. *Guerra de guerrilha no Brasil: a saga do Araguaia*. São Paulo: Terceiro Nome, 2002.

trilha que muitos pesquisadores, principalmente historiadores e sociólogos, passaram a seguir: o que tinha a dizer os guerrilheiros e militares.

No campo da história, um dos primeiros trabalhos que procurou reconstruir o processo passo a passo foi o livro de Romualdo Pessoa Campos Filho, intitulado *Guerrilha do Araguaia: A esquerda em armas* e, como o próprio título já adianta, a preocupação do autor foi a reconstituição da história do conflito armado, por um viés de esquerda, tendo como foco a imagem dos guerrilheiros, utilizando como fios condutores de sua narrativa a origem da guerrilha em oposição à ditadura militar bem como a base do pensamento dos grupos que estiveram à frente da resistência contra a ditadura militar, sobretudo o pensamento do PCdoB, que conduziu a guerrilha. Campos Filho endossa as afirmações de Ângelo Arroyo que, em seu relatório sobre os guerrilheiros, afirma terem tido eles o apoio da maioria da população e que os militares foram mal recebidos. Nas palavras de Campos Filho:

A inexperiência das tropas, o desconhecimento do inimigo e de seus reais objetivos e o preconceito contra o povo pobre da região surtiram um efeito negativo no meio da população. Toda aquela movimentação ostensiva, com, acusações contra pessoas [os guerrilheiros] que até então procuravam dar atenção e cuidar da população, foi recebida com desconfiança pelos moradores.²²

O autor utilizou um significativo conjunto de depoimentos prestados pelos moradores da região e, a partir deles, comenta que “temor e desconfiança são os sentimentos mais marcantes nos depoimentos das pessoas que, à época, sequer podiam andar livremente pelas ruas após as 18 horas”²³. Apesar de entendermos que o objetivo do autor é escrever a história do conflito a partir da perspectiva dos guerrilheiros, é preciso ressaltar que, embora seu livro traga os depoimentos dos moradores, no trecho acima é perceptível o quão é superficial o tratamento dispensado pelo autor às experiências daqueles moradores, se pensarmos como foi traumática a reviravolta em suas vidas depois de deflagrado o conflito armado entre os militares e guerrilheiros nas pequenas cidades e povoados da região.

O sociólogo José de Sousa Martins dedicou um capítulo de seu livro *Exploração e violência: A questão política no campo à Guerrilha do Araguaia* e, ao

²²CAMPOS FILHO, Romualdo Pessoa. *Guerrilha do Araguaia: a esquerda em armas*. Goiânia: UFG, 1997. p. 111.

²³Ibid., p. 110.

Outros Tempos, vol. 10, n.16, 2013 p. 256-284. ISSN:1808-8031

elogiar o trabalho de reconstituição do processo por jornalistas, afirma que eles “tentaram a reconstituição por meios indiretos, ouvindo a palavra de quem pudesse dizer uma ou outra coisa. Agiram com exemplar imparcialidade. Pode-se imaginar as dificuldades que encontraram.”²⁴

Utilizando a expressão ‘meios indiretos’ para se referir aos relatos dos moradores da região, Martins nos dá mostra de como esses sujeitos foram tratados pela cultura letrada e de como esta instituiu uma dada memória social acerca dos *protagonistas* da guerrilha do Araguaia. Mesmo um autor cuja preocupação presente em toda sua considerável produção intelectual está centrada nas pessoas que sofrem com a exploração e a violência no campo termina por seguir aquela mesma trilha aberta pelos jornalistas: que a Guerrilha do Araguaia só envolveu militares e guerrilheiros, que a população é apenas um agente indireto de tal processo, alguém que pode ‘dizer uma ou outra coisa’.

A guerrilha passou também, nesse sentido, por um processo de apropriação a partir da ação dos militantes de esquerda que praticam sua militância no presente. A UJS, União da Juventude Socialista, ala jovem do PCdoB, em panfletos, camisetas e comunicados se autodenomina como *a juventude do Araguaia*. Os jovens militantes que compõem essa organização colocam-se como *herdeiros diretos* daquela outra juventude que lutou no Araguaia durante o regime de exceção.

Além do PC do B, outros grupos se apropriam da *memória da Guerrilha* e da imagem dos guerrilheiros, como o MEPR, Movimento Estudantil Popular Revolucionário que, em um de seus cartazes de propaganda, estampa as fotos dos guerrilheiros mortos e ou desaparecidos e a mensagem na qual se pode ler: *Glória aos camponeses mortos no Araguaia*. Dessa forma, o MPER apresenta a Guerrilha do Araguaia não apenas como uma *guerrilha rural*, do ponto de vista conceitual, mas imprime, por meio da referida homenagem, nas memórias acerca dela a imagem do guerrilheiro *camponês* e, ao apresentá-los como camponeses, as profissões exercidas por eles antes da vinda para a região – estudantes, enfermeiros, médicos – são desconsideradas, bem como a cultura citadina que traziam e seus lugares de origem, e, apesar do pouco tempo que viveram na região, são re-apresentados como camponeses.

²⁴ MARTINS, José de Souza. “Guerrilha do Araguaia: vencedor vencido” In: MARTINS, José de Souza. *Exploração e violência: a questão política no campo*. São Paulo: Hucitec, 1991. p. 116.

E, mais uma vez, os *camponeses* de fato, os moradores da região, são subsumidos pela memória dos guerrilheiros que, de sujeitos citadinos, são transformados em camponeses, e os camponeses da região, por sua vez, transformados em fantasmas.

Os moradores da região: Memórias traumatizadas

Surge, porém, uma pergunta: como os *camponeses*, de fato, os trabalhadores rurais, os agregados de fazendas, os habitantes das pequenas cidades que, em sua maioria constituíam os moradores da região, se apresentam por si mesmos? Aqueles que, pela sua condição, eram considerados *guerrilheiros em potencial* por outros sujeitos que nela se instalaram para realizar a ação guerrilheira.

A população da região vivia basicamente da agricultura e do extrativismo, pois os pequenos proprietários de terra, por questões de ordem econômica, mas principalmente devido a um modo de viver e trabalhar tradicional, produziam quase para o próprio sustento e parte do pouco excedente produzido era negociada ainda por meio das relações de troca. Essa população era predominantemente católica, e na qual os padres vinculados à ala *progressista* da Igreja Católica encontravam ouvidos para suas pregações no que tange ao *trabalho de conscientização* acerca da situação de opressão e exploração em que viviam. Segundo uma líder religiosa, antes da chegada dos guerrilheiros a Igreja, através de algumas lideranças, fazia uma espécie de *catequese popular*, mostrando àqueles lavradores quais eram seus direitos. Textualmente:

Nós também tava passando praquela comunidade os direitos de viver e os direitos de ser, porque eu tenho o meu direito e eles tinham o direito deles de viver pra terra, de ser lavrador e de ter o título daquela terra, era o que eu chamo assim de catequese popular. O evangelho diz 'a terra é nossa e você vai pra sua terra e fique lá!', porque o lavrador na cidade sofre muito, né?²⁵.

Ainda segundo esta religiosa, as reuniões que a Igreja realizava em São Geraldo do Araguaia-PA passaram a contar com a presença dos guerrilheiros quando estes lá se instalaram. Tentavam, dessa forma, interagir com a vida da comunidade da maneira mais fácil, unindo-se a essas pessoas no momento de socialização na Igreja, que era um dos poucos momentos em que os moradores se reuniam em grupos, e, então, aí compareciam os guerrilheiros para conhecer o que pensavam os moradores e, quiçá, conseguir adeptos para sua causa. Na fala dessa moradora aparece o desejo de se

²⁵ROCHA, Domingas Rodrigues da. *Entrevista n.3*. Entrevista concedida aos pesquisadores no ano de 2006.

colocar como um sujeito participante do processo, até porque já agia mesmo antes da chegada ‘daquelas pessoas diferentes’, e revela, também, a participação dos padres *progressistas* que atuaram na região e, apesar da importância de suas atuações contra a situação de opressão e exploração em que viviam os moradores, os relatos dos guerrilheiros pouco se referem a eles.

Muitos escritos acerca da Guerrilha do Araguaia costumam homogeneizar os moradores, dividindo-os em dois grupos distintos, colocando-os ora de um lado apoiando os guerrilheiros, ora de outro apoiando os militares, desconsiderando a mais das vezes que um mesmo sujeito ora poderia estar de um lado e ora de outro, dependendo das circunstâncias do momento. Esse movimento pendular dependia, principalmente, dos interesses e das expectativas que tal sujeito tinha em relação aos grupos beligerantes e diga-se, de passagem, que a principal expectativa dos moradores naquele momento traumático, acreditamos, era colocarem-se a si mesmos e aos seus a salvo da violentação, seja de seus costumes, seja de seus modos de viver e, claro, de sua própria integridade física.

A percepção que os moradores têm dos guerrilheiros depende também do tempo e da forma como experimentaram o processo. Em uma das entrevistas realizadas por nós no ano de 2005, o Senhor Antônio Custódio Nunes, quando perguntado se sabia de algo acerca de atividades guerrilheiras, antes da chegada dos militares à região, respondeu o seguinte: “Nós sabíamos que tinha aquele pessoal lá, mas nós não sabia o objetivo deles, só que eles era assim um povo que se davam muito com as pessoas, ajudavam o povo na parte de saúde, essas coisas. Caridoso como a gente chamava”²⁶.

Em sua narrativa continuou discorrendo sobre como eram bons aqueles ‘socialistas’, e afirmou em vários momentos que eles não eram ‘terroristas’, e que apenas desejavam que o país se tornasse mais justo para todos. Procurando perceber em que medida o discurso dos guerrilheiros, que afirmam em seus relatos que tinham o apoio de noventa por cento (90%) da população, estaria interferindo no relato do Sr. Custódio, perguntamos se ele tinha tomado conhecimento destas ‘ideias socialistas’ antes mesmo do conflito começar e se havia mantido contato com alguns dos guerrilheiros. Tendo afirmado que não, perguntamos então se ele tivera contato com o

²⁶NUNES, Antonio Custódio. *Entrevista n. 4*. Entrevista concedida aos pesquisadores no ano de 2006.

material de propaganda produzido pelos guerrilheiros, e a resposta foi a mesma, que não, que, pelo contrário, somente tivera contato com os militares, já após o início do conflito, e também com os panfletos, que estes distribuía à população, alertando para a presença de sujeitos perigosos na região: terroristas e assaltantes de bancos. Intrigávamos, porém, suas afirmações acerca 'daqueles socialistas'. Perguntamos, então, como ele tinha tomado conhecimento sobre as ideias socialistas dos guerrilheiros, ao que respondeu que lera sobre isso alguns anos depois.

O Sr. Custódio não mentia ao dizer que sabia que 'tinha aqueles socialistas lá do outro lado', e essa era realmente a sua opinião quando o entrevistamos. Ocorre que o Sr. Custódio reelaborou sua memória, seu passado, a partir de outras experiências que o colocaram em contato com a leitura e, em determinado momento, com uma leitura específica sobre os objetivos 'socialistas' dos guerrilheiros. Questionado sobre qual era sua percepção acerca dos guerrilheiros, exatamente à época do conflito armado, o Sr. Custódio, depois de uma longa pausa pensando sobre essa inquirição, como se estivesse fazendo um grande esforço para retomar suas lembranças daquele momento, disse finalmente em tom de desabafo que acreditava que os guerrilheiros eram 'terroristas' e que só queriam 'subverter' a ordem do país e que 'tinha medo deles'.

É interessante observar essa mudança de direção em sua narrativa. Ao nos falar sobre os guerrilheiros, a imagem primeira que vem à sua mente é a que ele tem hoje: a de 'uma gente caridosa que ajudava o povo'. No entanto, ao ser instigado a recorrer às suas lembranças daquele momento traumático, rememorou o que pensava sobre guerrilheiros e militares à época dos acontecimentos e, para encerrar o diálogo sobre essa questão, quase em tom de justificativa para o fato de ter emitido duas opiniões diferentes sobre os guerrilheiros, disse:

O Sr. Entende né?, a gente vai vivendo e aprendendo, naquela época a gente era assim, quase sem instrução e acreditava fácil nas coisas que o exército dizia. Então se eles eram os homens mais importantes do Brasil, se era eles que mandavam e até o presidente era do exército, como é que a gente não ia acreditar?²⁷.

Percebe-se na narrativa desse morador as inflexões da memória que, de acordo com Michael Pollak, ao sofrer a ação do tempo,

a lembrança de guerras ou de grandes convulsões internas remete sempre ao presente, deformando e reinterpretando o passado. Assim também há uma permanente interação entre o vivido e o aprendido, o vivido e o transmitido.

²⁷Ibid.

E essas constatações se aplicam a toda forma de memória, individual e coletiva, familiar, nacional e de pequenos grupos²⁸.

Os motivos que levaram o entrevistado a reelaborar sua opinião ao longo das últimas três décadas podem ser inúmeros, mas com certeza a memória que construiu passou pelo processo que Pollak classifica como enquadramento da memória e o trabalho da própria memória em si, pois aquilo que a memória individual grava, recalca, exclui, relembra, é evidentemente o resultado de um verdadeiro trabalho de organização²⁹. Nesse sentido, a memória é, sem dúvida, uma construção, o que equivale a dizer que é uma representação acerca da realidade. O processo de enquadramento da memória passa, necessariamente, por reelaborações a partir das influências do meio social sobre as experiências vividas por aquele que narra a partir de suas próprias lembranças.

O Senhor Custódio se 'lembra' de ter percebido os guerrilheiros como 'terroristas', motivado pela 'campanha do medo' realizada pelos militares. Porém, a memória que construiu acerca deles tem como substrato uma memória social compartilhada na região como sendo 'um povo que ajudava' e tal percepção, ao menos no que se refere à maioria da população da região, foi construída *a posteriori*, principalmente àqueles que não tiveram um contato direto e continuado com os guerrilheiros.

A atuação da Comissão Nacional de Direitos Humanos na região foi um elemento importante para que essa percepção se consolidasse, passando a ser compartilhada pela maioria da população. Sua atuação entrevistando moradores com uma ampla cobertura da mídia impressa e notadamente televisiva contribuiu para a divulgação de quais eram os propósitos dos guerrilheiros e como atuaram para angariar a simpatia e o respeito dos moradores. Ao mesmo tempo, contribuiu para divulgar toda sorte de violências cometidas não só contra os guerrilheiros, mas também contra famílias da região que nenhum contato teve com a guerrilha propriamente dita.

As arbitrariedades cometidas pelo Exército são recorrente nos depoimentos de moradores da região tomados em Inquérito Civil Público movido pelo Ministério

²⁸POLLAK, Michael. "Memória, esquecimento e silêncio". *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989.

²⁹POLLAK, Michael. "Memória e identidade social". *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992.

Outros Tempos, vol. 10, n.16, 2013 p. 256-284. ISSN:1808-8031

Público Federal (MPF) em ação conjunta com os do Distrito Federal, São Paulo e Pará no ano de 2001. Sobre essas práticas, o senhor S. S. G. relatou ao MPF:

Que na época dos eventos, os soldados do Exército, quando encontravam alguém no meio da selva, iam logo atirando, supondo que todos fossem guerrilheiros; que em razão dessa conduta, o declarante tomou conhecimento através do Sr [nome suprimido] de que três lavradores foram mortos no lugar conhecido como Pau Preto; que o Sr. [nome suprimido] auxiliava o Exército na função de guia, e presenciou o momento da morte dos três lavradores; que tem conhecimento de que os corpos dos referidos lavradores não foram enterrados³⁰.

Fica claro, tomando-se o depoimento acima, que a tranquilidade e a segurança dos moradores da região foram comprometidas pelas ações do Exército, haja vista que muitos desses moradores sobreviviam por meio de caça, lavoura ou atividades extrativistas nas matas onde os guerrilheiros se refugiavam, podendo ser confundidos com os guerrilheiros e mortos pelos soldados a qualquer momento. Havia ainda o perigo de encontrarem-se no rol de pessoas procuradas pelo Exército pelo simples fato de ter conhecido ou mantido relações, mesmo que apenas relações de troca como evidencia o senhor S. S. G em seu relato: “Tendo os soldados do Exército começado a matar lavradores e guerrilheiros; que qualquer lavrador que tivesse colaborado ou mesmo conhecesse guerrilheiros seria morto”. Em decorrência desses atos por parte do Exército, muitos lavradores foram presos e torturados, alguns enlouqueceram devido às torturas, outros foram mortos ou morreram algum tempo depois em consequência da violência experimentada no período de suas prisões. Sobre isso, o senhor S. S.G. continua: “Que o sogro do Sr. [nome suprimido], mora com ele e em virtude das torturas sofridas encontra-se paráltico”.

Outro relato que corrobora o anterior é o do morador J. M. S., que teve o seu pai preso e torturado, e o que ele descreve o soube por intermédio do pai:

Que a ser levado para Marabá-PA o pai do declarante tentou fugir, pulando no rio Tocantins, mas foi impedido; que o pai do declarante ficou louco, em decorrência dos choques e torturas que sofreu na prisão; que o pai do

³⁰Sr. S. S. G. Depoimento concedido ao Ministério Público Federal. In: BRASIL. Ministério Público Federal. *Inquérito Civil Público n°s 01, 03 e 05*. MPF/SP/DF/PA. 2001. Disponível em: <<http://www.geracaobooks.com.br>>. Acesso em: 5 abr. 2013. O objetivo do inquérito era a colher informações que levassem à localização dos corpos dos 'desaparecidos da guerrilha'. Embora os nomes completos dos depoentes apareçam na documentação e esta tenha sido publicitada no site da editora Geração Editorial, como não tivemos contato direto com os depoentes e deles diretamente colhido autorização para divulgação de seus nomes, preferimos, a bem da ética de pesquisa, indicá-los apenas pelas iniciais bem como suprimir os nomes a que eles se referem nos depoimentos. Tal observação é válida para todos os depoimentos referentes ao inquérito aludido.

declarante possui diversas cicatrizes no corpo, na cabeça, nas costas; que o pai do declarante narrou as torturas que sofreu no Exército, tais como espancamento, fome, choques na cabeça e na boca³¹.

Sobre o mesmo caso, P. M. S., irmão do depoente supracitado, relembra:

Que quatro dias após a prisão do pai, o declarante recebeu a visita do major Curió, o qual determinou que a família deixasse a casa e que fosse para a casa do [nome suprimido], morador da região e guia do Exército; que no dia seguinte à chegada na casa do [nome suprimido], o declarante, seus irmãos e sua mãe, voltaram à sua casa para buscar mantimentos para comer, pois, sessenta sacos de arroz, dois sacos de farinha, quatro cachos de bananas, além da criação de animais, como porcos e galinhas ficaram no local; que ao chegarem em sua residência constataram que tudo havia sido queimado no dia anterior (dia em que deixaram a casa); que, após, foram morar na cidade de São Domingos do Araguaia, tendo que trabalhar, recebendo como salário apenas a comida³².

Por meio desses depoimentos identificamos que as pessoas comuns – lavradores, pescadores, ribeirinhos, pequenos comerciantes, barqueiros –, mesmo à margem da visão maniqueísta - que atribui à Guerrilha do Araguaia apenas a ação de militantes de esquerda e militares - que domina a maioria da produção que analisa a Guerrilha do Araguaia, vivenciaram, participaram e experimentaram o contexto e o processo do conflito, tendo suas vidas e cotidianos transformados e marcados de maneira muito singular. Possuem, portanto, suas próprias impressões, reações e representações acerca do que foi a Guerrilha do Araguaia, sobre as quais agem e pelas quais são influenciados em um movimento dialético enquanto sujeitos históricos do processo.

Ao nos debruçarmos sobre esses documentos e, comparando-os com outros depoimentos por nós colhidos, percebemos que, quanto mais próximo o contato dos depoentes com as práticas violentas dos militares, mais contundente e negativa é a percepção dos moradores acerca do Exército, a despeito da atuação deste na região no período da guerrilha no que se refere ao atendimento de necessidades básicas daquela população³³. Evidentemente, ao sentirem na própria pele, não só a violência, mas

³¹Sr. J. M. S. Depoimento concedido ao Ministério Público Federal. In: BRASIL. Ministério Público Federal. *Inquérito Civil Público n°s 01, 03 e 05*. MPF/SP/DF/PA. 2001. Disponível em: <<http://www.geracaobooks.com.br>>. Acesso em: 5 abr. 2013.

³²Sr. P. M. S. Depoimento concedido ao Ministério Público Federal. In: BRASIL. Ministério Público Federal. *Inquérito Civil Público n°s 01, 03 e 05*. MPF/SP/DF/PA. 2001. Disponível em: <<http://www.geracaobooks.com.br>>. Acesso em: 5 abr. 2013.

³³Tal atendimento se deu por meio da *Operação ACISO* - Ações Cívicas e Sociais - que desenvolveu ações que iam desde a doutrinação ideológica, passando por abertura de estradas de rodagem,

Outros Tempos, vol. 10, n.16, 2013 p. 256-284. ISSN:1808-8031

também a desestruturação de seus modos de viver a partir da ação do Exército analisam e percebem como danosa e injusta a participação deste no processo da guerrilha frente à comunidade. Essa concepção fica explícita na fala do senhor S. S. G., que clama por justiça:

Que não sabia da chegada do Ministério Público Federal na região, mas não ficou surpreendido em virtude da esperança que tem no sentido de que um dia tudo seja devidamente esclarecido porque não poderia ficar impune tantas atrocidades na época da guerrilha pelo Exército Brasileiro³⁴.

Os Traumas decorrentes daquelas atrocidades marcaram indelevelmente a memória dos moradores, mas, dependendo de como se processou as experiências individuais, de quais eram seus interesses naquele momento e também *a posteriori*, a ênfase de suas narrativas recai sobre questões específicas. Conquanto seja maior a proximidade com a militância de esquerda, seja na década de 1970 ou no presente, o foco narrativo recai sobre o aprendizado que a Guerrilha do Araguaia trouxe para os moradores.

Na percepção de alguns moradores o processo engendrou aprendizados e vários deles se colocam como participantes do processo, pois afirmam em seus relatos que a população aprendeu com os guerrilheiros a se libertarem da opressão. É o caso, por exemplo, da Sr^a. Domingas Rodrigues da Rocha, que nos afirmou que a “consciência das pessoas mudou” e, em sua opinião, “mudou muito” depois do conflito. Segundo essa entrevistada, quanto à exploração:

Aquela coisa de ficar trabalhando lá pra seu fulano tirando tanta castanha e depois levar pra casa uma mixaria em dinheiro acabou. Agora se eles quiser castanha vai comprar mesmo na mão do posseiro que eles não derruba um pé de castanha, conserva tudo porque é uma coisa muito boa (...) a guerra foi ruim porque matou o povo. Mas foi boa porque centivou o povo ficar com essas terra. Brigar também. Os guerrilheiros ensinaram o povo a brigar. Foi bom demais³⁵.

Essa mudança de atitude frente à exploração também foi enfatizada por outra moradora, Dona Oneide, quando alega que tal mudança “foi o que houve de bom na guerrilha, foi os moradores tomarem consciência de sua real situação”³⁶. Necessário ressaltar aqui que as duas senhoras entrevistadas tinham proximidade com a atuação da

atendimento médico hospitalar e odontológico e distribuição de alimentos até demarcação e distribuição de terras.

³⁴Sr. S. S. G, op. cit.

³⁵Domingas R. ROCHA. *Entrevista n. 10*. Entrevista concedida aos pesquisadores no ano de 2006.

³⁶DONA ONEIDE. *Entrevista n. 11*. Entrevista concedida aos pesquisadores no ano de 2006.

Igreja no conflito, que se dava por meio das reuniões, uma prática que mantiveram por meio de suas atuações como líderes religiosas em suas comunidades.

Nesse sentido, a percepção delas acerca do aprendizado pela luta está, sem dúvida, impregnada também de uma memória relacionada à atuação delas junto aos padres que, no momento do conflito armado, ficaram ao lado dos guerrilheiros e contra a ditadura. Não queremos aqui nos contrapor à percepção que elas expressam posto entendermos que tal aprendizado se deu para muitos outros sujeitos e, indubitavelmente, essas senhoras são representativas desses tantos outros. Entretanto, tal percepção precisa ser relativizada, pois, dependendo da experiência de quem viveu o processo, o referido aprendizado se deu em vários níveis. Perceba-se que, ao falarem do aprendizado devido à ocorrência da guerrilha, essas moradoras não recorrem à memória que se liga às lutas históricas da região que envolveu sempre as condições de exploração e opressão. Nesse sentido, se, por um lado, as experiências e as memórias da Guerrilha do Araguaia contribuíram para um aprendizado no que toca à luta contra a exploração, por outro, contribuiu para a opacização de outras memórias sobre essa luta.

No entanto, ao lidarem com os aspectos da memória que opõem militares a guerrilheiros, por saberem dos traumas vividos por um número significativo de famílias em decorrência das arbitrariedades cometidas pelo exército, a maioria dos moradores expressa certa admiração, e em muitos casos afeição, pelos guerrilheiros, pelo fato dos mesmos terem se inserido em seu meio social de maneira sutil e pacífica. Essa afeição foi conquistada durante cerca de cinco anos de convivência, por meio de relações de troca, visto que compravam e vendiam determinadas mercadorias dos moradores e promoviam também ações assistencialistas no seio da comunidade, auxiliando no tratamento de algumas doenças e realizando partos e, em alguns casos, defendendo os pequenos agricultores de abusos cometidos pelos grandes fazendeiros, criando, assim, um vínculo estabelecido por meio da troca de favores. É isso o que diz, no excerto abaixo, o morador J.M.S.:

Que a mãe do declarante foi auxiliada no parto e seu irmão mais novo, pela Sônia e pela Fátima, guerrilheiras, afirmando o declarante que, se não fosse as duas, certamente sua mãe e seu irmão teriam morrido, em virtude de problemas no parto [...]. Que os guerrilheiros eram pessoas muito educadas e carinhosas com os lavradores, e ajudavam muito os lavradores no que se

refere a medicamentos e assistência médica [...] que o declarante acredita que pessoa como aquelas não eram para morrer, pois o Brasil precisava delas³⁷.

Ainda sobre essa relação amigável entre os pequenos agricultores e os guerrilheiros, o irmão do depoente P. M. S. Disse: “Que os guerrilheiros diziam para a família do declarante que se algum fazendeiro não pagasse os salários dos camponeses, bastaria que falassem com eles [guerrilheiros] que o problema seria resolvido³⁸. Tanto os documentos produzidos pelo Exército quanto pelos guerrilheiros corroboram o relato do Sr. P.M.S., pois neles são relatados algumas ocorrências nas quais grupos de guerrilheiros armados realizavam missões para, na visão dos militares, *aterrorizar* os grandes fazendeiros e, na visão dos guerrilheiros, *adverti-los* para que cessassem os maus tratos aos pequenos agricultores e trabalhadores de suas fazendas.

O estabelecimento desses laços explica porque muitos moradores da região auxiliaram os guerrilheiros já durante a *fase armada* da guerrilha, dando-lhes comida, guarida e, em alguns casos, até se juntando a eles no confronto. No entanto, algo nessa relação entre moradores e guerrilheiros nos incomodava. Se os guerrilheiros gozavam da confiança e estima dos moradores, o que explicaria o fato de que, a partir de 1973, muitos moradores atuaram ao lado do Exército na perseguição, captura e morte dos guerrilheiros, servindo de guias e delatores aos militares?

Uma das respostas para nossas inquirições reside no fato de que os militares pouco, na verdade quase nada, sabiam sobre a mata, a topografia e o ambiente, considerados por eles *hostis*, nos quais os guerrilheiros viviam e já conheciam relativamente bem. Por isso necessitaram utilizar o conhecimento que os moradores locais tinham da região e, para isso, empregaram a força e *terrorismo psicológico* como técnica de convencimento aos moradores. Em seu depoimento ao MPF, a Sra. M.F.F. relata:

Que várias pessoas da região foram torturadas por soldados do Exército, mas especialmente homens; que o próprio irmão da declarante, J.R.N.S., foi preso e torturado em Bacaba-PA, sede do Exército; que o irmão da declarante logo concordou em ser guia do Exército, razão pela qual apanhou pouco³⁹.

³⁷Sr. J. M. S. op. cit.

³⁸Sr. P. M. S. op. cit.

³⁹Sra. M. F. F. Depoimento concedido ao Ministério Público Federal. In: BRASIL. Ministério Público Federal. *Inquérito Civil Público n.ºs 01, 03 e 05*. MPF/SP/DF/PA. 2001. Disponível em: <<http://www.geracaobooks.com.br>>. Acesso em: 5 abr. 2013.

É possível observar no testemunho da Sr^a. M.F.F que, diante da truculências e das práticas de violência dos militares, alguns dos moradores se sentiam intimidados e forçados a auxiliarem o Exército nas buscas pelos guerrilheiros, mesmo nada tendo contra eles, cedendo, assim, à coação que se dava por meio do emprego de agressões e ameaças. Além disso, a instalação do Exército na região com um contingente de tropas e um aparato bélico e logístico pesado, que incluía o uso de helicópteros e aviões, destoava drasticamente do cotidiano da população, e tal aparato militar, em si, já era sentido como uma desestabilização dos modos de viver dos moradores, e as prisões e torturas eram, por assim dizer, o arremate mais traumático desse quadro.

Diante disso, entendemos que a atitude dos moradores em colaborar com o Exército na luta contra os guerrilheiros nada mais foi do que um ato de sobrevivência, uma vez que a opção mais segura para eles era se adaptarem àquele novo contexto de hostilidade e insegurança, de modo a resistirem como podiam, não contra o Exército ou os guerrilheiros, mas contra a destruição de suas famílias, suas comunidades, seus modos de viver e trabalhar.

Ao relatar ao Ministério Público Federal os processos de tortura que sofreu, e que presenciou, o Sr. M. L. L., deixa entrever em sua fala, apesar de filtrada pelo escrivão, o quão doloroso foi ter que ser “escolhido” como guia das forças de repressão à guerrilha:

Que nessas salas eles eram torturados e uma das formas era colocar duas latinhas (...) sem tampa obrigando os presos a ficarem com a ponta dos pés na lata e o dedo polegar encostado na parede (...). Que os que caíam da lata apanhava muito e eram obrigados a voltar para a posição já descrita. Que tinha duas ou três salas que eram usadas para investigação; Que esse interrogatório (...) era feito em três salas diferentes e se as histórias contadas nas salas fossem contraditórias, além de apanhar a pessoa voltava para a primeira sala e era submetida a tudo novamente; Que depois que foi separado para ser guia, mandaram que ele lavasse o chão e a parede das salas que estavam cobertas de sangue das pessoas que foram torturadas; Que foi escolhido para ser guia e não apanhou muito porque contou a mesma história nas três salas de investigação.⁴⁰

O caso do Sr. M.L.L. é bastante singular. Sua narrativa pode ser dividida em três partes bem demarcadas: uma primeira onde relata as torturas que sofreu quando foi preso juntamente com cerca de sessenta outros moradores e nesse momento deixa

⁴⁰ Sr. M. L. L. Depoimento concedido ao Ministério Público Federal. In: BRASIL. Ministério Público Federal. *Inquérito Civil Público n^{os} 01, 03 e 05*. MPF/SP/DF/PA. 2001. Disponível em: <<http://www.geracaobooks.com.br>>. Acesso em: 5 abr. 2013.

Outros Tempos, vol. 10, n.16, 2013 p. 256-284. ISSN:1808-8031

entrever a angústia do processo vivido e que se tornou guia para não continuar apanhando. A segunda parte de seu relato refere-se à suas atividades como guia e ao rememora-las torna-se perceptível que o Sr. M.L.L. passou a considerar importante sua atuação junto aos militares. Segundo ele:

A partir daí passou a ter missão toda semana algumas vezes dobrando a missão no meio do mato. Que ficou assim no babaca junto com o Exército até setembro de 1974 quando acabou a guerrilha; Que depois que acabou a guerra lhe deram a missão, na região de Belém na beira do Rio Capim, onde passou cinco meses procurando guerrilheiros; Que nessa missão atuou como **secreta**, buscando sozinho, informações (...); Que depois voltou ao Brejo Grande, todo mês recebia uma assistência do exército; Que esta assistência durou até 1985⁴¹(destaque do escrivão).

Ao relatar as atividades que executava e que em determinado momento passou a atuar em *missões* como *secreta* na caça de guerrilheiros, inclusive agindo sozinho, o depoente deixa entrever que havia angariado a confiança dos militares e que, se num primeiro momento havia sido *escolhido* como guia, agora ele próprio fizera sua escolha deliberada.

A terceira parte de sua narrativa se inicia justamente quando passa a falar da *assistência* que o exército prestava aos ex-guias. Expressa em seu relato sentir uma sensação de abandono da parte do exército.

Que normalmente quem trazia essa assistência era o Dr. Curió (...); Que quando foi escolhido para ser guia recebia muitas promessas, como por exemplo: casa em Brasília, tirar os filhos do meio do mato, três lotes; que terminada a guerra nenhuma promessa foi cumprida, mas o Dr. Curió intercedeu no INCRA para que eles fossem assentados na região da OP3; Que recebeu apenas um lote pelo qual pagaram (...); Que ouviu dizer que as pessoas que ajudasse a matar um guerrilheiro receberia um agrado, mas nunca soube de alguém que tivesse recebido (...); Que depois de 1985 não recebeu mais qualquer tipo de assistência; Que chegou a ver presos o PIAUÍ, o DUDA e o PEDRO CARRETEL; Que esses três foram transformados em guia; Que esses três foram mortos no final da guerra no Bacaba.⁴²

Este depoente, tendo passado por um processo traumático, sobre o qual não tinha nenhum controle no início, fez posteriormente uma opção deliberada em se colocar ao lado dos militares e durante uma década reassumiu o controle de sua própria vida utilizando a guerrilha de acordo com seus interesses e a partir dessa escolha

⁴¹ Ibid.

⁴² Ibid.

Outros Tempos, vol. 10, n.16, 2013 p. 256-284. ISSN:1808-8031

angariou a confiança das forças repressoras. É possível inferir que esse sujeito passou a considerar que o exército tinha para com ele uma responsabilidade e sua mágoa recaiu justamente no fato de o exército, personificado no *Dr. Curió*, ter se furtado a essa responsabilidade e traído a sua confiança. A morte dos três outros guias é utilizada por ele como um arremate da traição do exército em relação aos guias. O Sr. N. L. L. Num primeiro momento foi submetido pela força e pela tortura, num segundo momento se convenceu que a melhor estratégia era ficar do lado mais forte do conflito, pois assim, poderia *tirar os filhos do mato* e ascender socialmente, além, é claro de correr menos perigos. Num terceiro momento parece fazer um balanço de toda a trajetória e concluir que não tenha valido a pena. Essa foi a forma que ele encontrou para lidar com a situação: se adequando à situação de acordo com seus interesses e expectativas.

Dependendo de como e porque o sujeito participou do processo essa adequação assume outros significados. Ela pode ser entendida também como uma forma de resistência dos moradores. Examinemos a declaração da moradora R. S. S.:

Que a declarante viu Rosinha amarrada, sendo conduzida por um tal de [nome suprimido], que morava próximo de sua casa ... Que [nome suprimido] falou para a declarante que pediu para a Rosinha se entregar, porém ela teria dito que não se entregaria, pois preferia morrer a se entregar; que [nome suprimido] aprisionou Rosinha justificando que ela estava causando muitos problemas e sofrimento aos moradores da região; que viu quando [nome suprimido] levou Rosinha em direção de São Domingos.⁴³

De acordo com a Sra. R. S. S., outro morador que aderiu ao exército, servindo como guia, teria aprisionado e entregado ao Exército a guerrilheira Rosinha, já que, segundo ele, por causa dos guerrilheiros, os moradores daquela região estavam enfrentando problemas e sofrimentos. Percebe-se que ao fazer a opção em colaborar com o exército a justificativa dada pelo guia deixa entrever que tal opção levava em consideração a proteção dos moradores da região, incluindo a dele próprio, que tiveram suas casas, plantações e criações destruídas, sendo expulsos de suas terras, presos, torturados, expostos a sequelas físicas e mentais permanentes e até mesmo mortos.

Desse modo, parece-nos que entre ficar ao lado dos guerrilheiros, que ao fim e ao cabo eram sujeitos de *fora*, o guia prefere ficar ao lado daqueles que ele entendia serem capazes de fazer cessar os sofrimentos dos que pertenciam à sua

⁴³Sra. R. S. S. Depoimento concedido ao Ministério Público Federal. In: BRASIL. Ministério Público Federal. *Inquérito Civil Público n.ºs 01, 03 e 05*. MPF/SP/DF/PA. 2001. Disponível em: <<http://www.geracaobooks.com.br>>. Acesso em: 5 abr. 2013.

Outros Tempos, vol. 10, n.16, 2013 p. 256-284. ISSN:1808-8031

comunidade. Entendemos também que a questão da responsabilidade por tais sofrimentos, se do Exército ou dos Guerrilheiros, não pesou em sua escolha, apesar de sua justificativa. O que deve ter pesado foi a escolha entre colaborar com os que eram de fora - militares ou guerrilheiros – e ficar do lado mais forte, que foi o que preferiu, pois assim entendia que o sofrimento daqueles que lhe eram mais próximos cessaria. Além disso, como nos lembra Edward Palmer Thompson, “um homem que se acha, por força, na posição de solicitar favores não revelará o que realmente pensa”⁴⁴, e em muitos casos referentes a colaboração dos moradores para com o Exército, o favor solicitado era a própria vida.

Há ainda muitos que, tendo tido contato direto com os militares e os guerrilheiros, diferentemente da reelaboração da memória que evidenciamos em relação ao Sr. Custódio, mantém a mesma opinião acerca dos guerrilheiros, qual seja, a de eles eram terroristas:

Os terroristas também davam muita assistência aos pobres da mata. Acha que os terroristas tinham esperança de socorro externo, pois não se entregavam. O povo diz que alguns foram presos com vida. O combate aos terroristas pelo exército ‘foi um movimento bonito’, pois era tudo grandioso.⁴⁵

Embora o depoente, um médio fazendeiro da região⁴⁶, admita que os guerrilheiros ajudassem os pobres percebe em sua fala que se coloca ao lado dos militares considerando inclusive a atuação das forças armadas como grandiosa. É possível inferir que, devido à sua condição social de pequeno fazendeiro, do ponto de vista ideológico, o Sr. S. G. S. não vendo com bons olhos a atuação guerrilheira que tinha como uma de suas propostas a redistribuição de terras fez a escolha, de acordo com seus interesses de classe, de manter uma memória que descaracteriza a ação guerrilheira.

É necessário ainda argumentar que, antes da fase armada da guerrilha, os moradores da região mantinham relações amistosas com os guerrilheiros por meio das

⁴⁴THOMPSON, Edward Palmer. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

⁴⁵ Sr. S. G. S. Depoimento concedido ao Ministério Público Federal. In: BRASIL. Ministério Público Federal. *Inquérito Civil Público n°s 01, 03 e 05*. MPF/SP/DF/PA. 2001. Disponível em: <<http://www.geracaobooks.com.br>>. Acesso em: 5 abr.2013.

⁴⁶ Se comparado aos trabalhadores rurais, a condição social do depoente é significativamente superior: embora o documento não informe quanto as dimensões de sua propriedade, o próprio depoente relata que o exército ocupou na época cinco (5) alqueires de sua fazenda para montar uma base permanecendo ali por dois (2) anos. E considerando que o mesmo ocupou na época o cargo de prefeito em das cidades envolvidas pela guerrilha podemos supor que o depoente era, no mínimo, um fazendeiro médio.

Outros Tempos, vol. 10, n.16, 2013 p. 256-284. ISSN:1808-8031

relações de trocas já aludidas. E, embora soubessem que essas pessoas eram *de fora*, inclusive sendo denominados por muitos moradores como *os paulistas*, aos poucos, os militantes foram se incorporando às práticas sociais da região, uns estabelecendo roças, outros exercendo o extrativismo vegetal e mineral, outros ainda atuando como comerciantes e, por meio dessas atividades, conjugadas a algumas práticas de assistência médicas que realizavam, granjearam a colaboração de alguns e, de forma geral, a confiança de quase todos, à medida que se comportavam de forma pacífica. Ou seja, em linhas gerais, na percepção dos moradores os comportamentos dos militantes não destoavam tanto dos que eles próprios praticavam.

Entretanto, essa relação amistosa e de respeito mútuo foi transformada abruptamente, bem como o cotidiano dos moradores, pelo aparecimento das forças do Exército e o início dos confrontos, que tiveram o efeito imediato de criar um clima de apreensão e medo à medida que as prisões e as torturas foram sendo conhecidas pelos moradores. E como forma de resistência e adaptação a essa nova conjuntura, entendemos que a maioria dos moradores tentou na verdade se eximir como podiam daquela situação que lhes fora imposta por elementos externos - militares e guerrilheiros -, e quando não podiam deixar de se envolver tinham de fazer difíceis escolhas, que significava apoiar um lado ou outro, ou assumir a árdua posição entre *apanhar pouco* ou *apanhar muito* ou, mesmo, perder a vida.

Compreendemos que muitos, ao colaborarem com os militares na identificação, nas perseguições, nas prisões e nas mortes dos guerrilheiros, tinham no horizonte de suas expectativas que aquele processo traumático iria acabar o mais rápido possível à medida que o Exército atingisse seu objetivo de eliminar o foco guerrilheiro. Ou seja, eliminar o elemento que mantinha na região a presença do Exército poderia significar livrarem-se conseqüentemente do próprio Exército e de todos os males experimentados por eles naquela situação, voltando, assim, a viverem suas vidas dentro de uma *normalidade* a que já estavam habituados.

O apoio da população a um dos lados foi uma preocupação constante tanto de militares quanto de guerrilheiros. Em seu relatório, Arroyo afirma que entre a primeira e a segunda investida⁴⁷ do exército eles conseguiram apoio de 90% da

⁴⁷Referência às três campanhas realizadas pelo Exército. A primeira de abril a julho de 1972, a segunda de setembro a outubro de 1972, e a terceira de outubro de 1973 até princípios de 1974.

Outros Tempos, vol. 10, n.16, 2013 p. 256-284. ISSN:1808-8031

população local, que na linguagem da militância de esquerda na época era denominada de *massa* e os sujeitos que a constituíam era tratados como *elemento de massa*, porém nesse entremeio houve um recuo da população, assustada com os acontecimentos. A própria documentação produzida pelos seus pares contradiz a afirmação de Arroyo, e um atestado disso é que em seus relatos Maurício Grabois afirma que o destacamento⁴⁸ 'B' teve pequeno campo de ação para se ligar às 'massas', e que o trabalho do destacamento 'C' fora muito pequeno, ao passo que o do destacamento 'A' é elogiado pelo guerrilheiro, porquanto, segundo ele, “seu ponto mais alto é o trabalho de massas. Visitou até o dia 20/11(1972), 100 famílias. Destas, 11 dão apoio ativo aos guerrilheiros, 84 revelam simpatia e prestam ajuda eventual; 2 são vacilantes e 3 são contrários”⁴⁹.

Segundo Grabois, dois terços do efetivo das forças guerrilheiras - dois dos três destacamentos existentes - naquele momento apresentaram inexpressiva ligação com os moradores. Considerando o fato de apenas um terço dos guerrilheiros ter conseguido estabelecer uma ligação efetiva com a população e que a maioria da população, do ponto de vista geográfico, vivia dispersa na zona rural, torna difícil considerar o aludido apoio de 90% desta aos guerrilheiros e, inclusive, no primeiro ano após os guerrilheiros terem sido batidos pelo Exército, a militância de esquerda passou a reconhecer que um dos motivos que acelerou a derrota da Guerrilha do Araguaia teria sido a ausência desse apoio. Em documentos apreendidos pelo Exército em São Paulo há um que transcreve uma discussão realizada em reunião em que essa militância faz uma análise do processo. As opiniões aparecem logo após o nome de cada militante do PC do B que a emitiu e, sobre as causas da derrota da Guerrilha do Araguaia, afirmam que:

Oliveira – a causa da derrota foi que os comunistas se chocaram direto com a reação as massas não participaram. [...]. / Mário – Enquanto existir um, a guerrilha continua – Não dizemos nada sobre o Araguaia – Porque não querem confessar a derrota – sofremos derrota sem ganhar as massas – a concepção é foquista, militar – Foi um plano particular⁵⁰.

⁴⁸Os *destacamentos* referem-se à estrutura organizativa militar dos guerrilheiros, que se dividiram em três regiões: de Caianos, de Faveiros e de Gameleira.

⁴⁹GRABOIS, op. cit.

⁵⁰Documento apreendido no Aparelho do PC do B em São Paulo em dezembro de 1976. *Reunião do CC/PC do B*, realizada em 7/5/76. Disponível em: <<http://www.geracaobooks.com.br>. Acesso em: 5 abr. 2013.

Entretanto, apesar da própria militância acabar por reconhecer a ausência de um apoio significativo da população, a imagem de um apoio *massivo* por parte dos moradores da região à guerrilha acabou se fixando também nas memórias acerca da Guerrilha do Araguaia, e ela ainda é assim reapresentada, dependendo dos interesses do emissor do discurso. Entendemos que a maior parte dos moradores não apoiou nem guerrilheiros nem militares, e boa parte dos moradores que apoiou os *paulistas* deixou de acreditar no que diziam, porque a campanha militar alardeava ora que eles eram pessoas ligadas a governos *do estrangeiro* e/ou terroristas, ora meros assaltantes de bancos.

Além disso, há que se considerar que as Ações Cívico-Sociais - Operação ACISO - realizadas a partir da segunda investida do Exército tiveram uma relativa eficácia no sentido de cooptar parte dos moradores que passaram a colaborar com os militares. Outros colaboraram simplesmente para não morrer. Acreditamos que bem poucos assumiram um lado por convicções ideológicas. É preciso pensar que, independentemente do *lado* para que pendessem os moradores da região, eles estavam fazendo escolhas, premidos por uma situação traumática na qual não se colocaram voluntariamente, e que essas escolhas fizeram parte do processo e, por isso, entendê-las contribui para a compreensão daquele momento de nossa história. Nossa argumentação não pretendeu, é bom que se diga, desconsiderar outros trabalhos que seguem perspectivas diferentes da nossa, e muito menos menosprezar a ação guerrilheira que, sem dúvida alguma, contribuiu para a derrocada futura do regime militar e, ademais, somente pelo fato de terem os guerrilheiros dado suas vidas por seus ideais já seriam por isso merecedores das homenagens que lhe são rendidas pelos brasileiros. Contudo, negligenciar a atuação e as memórias de outros sujeitos que viveram aquele processo seria mais uma atrocidade cometida contra eles.

Nesse sentido, nossa intenção foi a de problematizar aspectos desse processo que por muito tempo e por várias perspectivas foram negligenciados. Saudar, portanto, ao menos parte da dívida que a historiografia contraiu com os moradores da região na qual a Guerrilha do Araguaia ocorreu. No entanto, nossa exposição é apenas mais uma possibilidade de interpretação e, parafraseando a assertiva de Thompson de que foram os sujeitos do passado que viveram suas experiências e não nós, devemos considerar também que, muito possivelmente, cada morador que vivenciou os traumas

Outros Tempos, vol. 10, n.16, 2013 p. 256-284. ISSN:1808-8031

da guerrilha, no momento em que participava daquele processo, considerava-se lutando pela vida de acordo com as possibilidades do momento e de acordo com seus interesses. Então, seja qual for a representação historiadora construída sobre suas experiências, ela não mudará a forma pela qual cada um dos moradores sentiu sua participação. Porém, considerando que a memória social é um dos elementos importantes da construção histórica, é necessário que as memórias desses sujeitos sejam recolocadas por nós na cena historiográfica. Assim acreditamos.